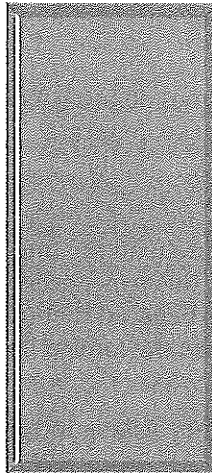


Daniela Aparecida Vendramini Zanella (Uniso)

A exigência de proficiência em língua estrangeira na Pós-graduação em Educação



RESUMO

Na tentativa de compreender a questão da proficiência em língua estrangeira nos programas de pós-graduação em Educação, este artigo busca desvendar a concepção de proficiência que esses programas trazem. Parte-se do pressuposto de que o acadêmico atual, contextualizado num mundo sem fronteiras na comunicação, tem a língua estrangeira como atributo essencial para suas realizações na pós-graduação.

Palavras-chave: exames de proficiência em língua estrangeira; imperialismo linguístico; pós-graduação; leitura.

ABSTRACT

In order to comprehend the foreign language proficiency in graduation programs in Education, this paper seeks to reveal the proficiency conception within these programs. It is believed that the nowadays' scholar, as part of a wide communicative world, has the foreign language as an essential attribute for his/ her academic success.

Key words: proficiency exams in foreign language; linguistic imperialism; post graduation; reading.

Introdução

A pós-graduação tem em suas exigências a prova de proficiência em língua estrangeira. Assim como a defesa da dissertação ou tese, participação de cursos, seminários e trabalhos de pesquisa, análise de "currículum" e projeto de pesquisa e entrevista, o aluno de pós-graduação submete-se à prova de proficiência em língua estrangeira, que geralmente é de leitura, como um dos passos para obtenção do título de mestre e doutor. Estaremos, neste estudo, analisando de que forma tem sido compreendida a questão da proficiência por programas de mestrado e doutorado em educação e como a partir dessa compreensão, se realizam as verificações de competências individuais em língua estrangeira.

Para maior clareza, o estudo está dividido em três blocos. Primeiramente, apresentamos as informações que dizem respeito ao papel da língua estrangeira, atualmente e à proficiência em língua estrangeira: a-) quais são as exigências de língua estrangeira na sociedade contemporânea e como se definem; b-) quais são as referências mais utilizadas para proficiência em língua estrangeira (exames internacionais) e c-) a questão da proficiência como exigência na pós-graduação, nos programas em educação. A segunda parte descreve brevemente os métodos de levantamento de dados sobre as provas de proficiência desses programas. Finalmente, temos as análises e considerações.

I. a-) Língua estrangeira na sociedade contemporânea

*Antes mundo era pequeno
Porque terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque terra é pequena
Do tamanho da antena
Parabolicamará.*

Gilberto Gil

A exigência de proficiência em língua estrangeira na pós-graduação inclui-se num debate mais geral sobre proficiência de língua estrangeira, em um momento específico da sociedade contemporânea, em que a ques-

tão do conhecimento de um outro idioma se torna necessário em várias áreas de atuação. Hoje, há uma circulação maior de pessoas, um intercâmbio intenso no turismo, no comércio, nos estudos, fenômeno que leva e traz conhecimentos e que delineia um sujeito que deve ter, como mais um atributo, o conhecimento de uma língua estrangeira.

Porém, mesmo com o atual intercâmbio e amplo trânsito comunicativo oferecendo opções de outros idiomas em nossa sociedade contemporânea, a língua inglesa se comporta hegemonicamente, sendo a língua mais ensinada nas escolas do mundo todo.

Segundo Phillipson (1992) a predominância da língua inglesa no mundo é o resultado do colonialismo britânico, da interdependência internacional, da revolução na tecnologia, transporte e comércio e por ser o inglês a língua dos Estados Unidos, a maior potência econômica, política e militar do mundo contemporâneo. Imperialismo lingüístico é um exemplo de lingüicismo, que é definido como ideologias, estruturas e práticas usadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão desigual de poder e recursos (tanto materiais, como não-materiais), entre grupos que são definidos basicamente por uma língua. (Phillipson, R. 1992:47). O autor continua explicando que lingüicismo é um neologismo aplicado em seu estudo para designar a questão da disseminação global da língua. (1992: 318). Lingüicismo ocorre, por exemplo, quando há uma política de suporte a um grupo de várias línguas, mas a prioridade é dada ao treinamento de professores, desenvolvimento de currículo e outras atividades em uma das línguas.

O inglês disseminou-se pelo mundo ora como língua de negócios ora como de entretenimento e está presente nos artefatos culturais e nos procedimentos dos meios de transporte.

Os profissionais de hotelaria, aeroportos e alfândega precisam ter domínio da língua para dar e receber informações sobre vôos, como chegadas e partidas, e indicações gerais sobre aeroportos, hotéis e transportes.

As publicações acadêmicas possuem um resumo em inglês, o *abstract*. Muitas vezes, disponibilizam o trabalho na língua nativa e também em inglês.

Paradoxalmente, até o Bin Laden, hoje o maior inimigo dos norte-americanos, fala em inglês para a rede internacional CNN. O Movimento *Al Qaeda*, pregando anticapitalismo, e, conseqüentemente, a antiamericanização, não dispensa a língua da comunicação mundial.

Otávio Ianni (1997:21) descreve a situação:

Nesta altura da história, paradoxalmente, todos se entendem. Há até mesmo uma língua comum, universal, que permite um mínimo de comunicação entre todos. A despeito das diversidades civilizatórias, culturais, religiosas, lingüísticas, históricas, filosóficas, científicas, artísticas e outras, o inglês tem sido adotado como a vulgata da globalização. Nos quatro cantos do mundo, esse idioma está no mercado e na mercadoria, na imprensa e na eletrônica, na prática e no pensamento, na nostalgia e na utopia. É o idioma do mercado universal, do intelectual cosmopolita, da epistemologia escondida no computador, do Prométeu eletrônico.

A hegemonia do inglês predomina também nas relações internacionais. Fatores comerciais, industriais, políticos e culturais fizeram do inglês uma língua necessária para o desenvolvimento do mundo atual e já é tido como língua franca no mercado global dos avanços científicos e tecnológicos dos elementos extralingüísticos que a língua comporta em si.

Língua franca é a língua de intercurso e serve para intercomunicação em situações bilíngües e plurilíngües. É a língua *pidgin* de tempos atrás. *Pidgin* por sua vez, pode ser entendida como língua de emergência com funções básicas e restritas, criadas em uma situação de contato entre dois grupos étnicos e lingüísticos radicalmente opostos. (Tarallo e Alkimin, 1997:14).

Segundo Oliveira, G. M. (2000:85), o *nheengatu*, na sociedade brasileira dos séculos XVII e XVIII, o latim, no Império Romano e o *swahili*, na África Oriental, são outros exemplos de línguas francas. *Nheengatu* é o nome da língua veicular dos índios, brancos e negros em várias porções do território, principalmente na Amazônia e vem da transformação da língua geral e do tupi da costa do Brasil (Oliveira, G. M. 2000).

b-) Proficiência em língua estrangeira e os indicadores mais utilizados (exames internacionais)

Uma das denotações de *proficiente* é ter domínio de conhecimento. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (Houaiss 2001) traz: **proficiente**: adj.2g (1615 cf. Feio Festa) 1 competente e eficiente no que faz; capaz, preparado, conhecedor [um técnico p.]; 2(1979) que tem bom aproveitamento [aluno p.] 3m.proffcuo (que dá proveito).

A expressão “proficiente em LE” (língua estrangeira) já se tornou comum nos corredores das universidades, nos classificados de empregos e nas ofertas de bolsa de estudo.

Poderíamos entender que ser proficiente em língua estrangeira é ter capacidade ou habilidade para utilizar uma língua diferente da língua que se aprendeu e utilizou desde que nasceu (língua materna). Segundo Viana (1997:29), LE refere-se à língua que é ensinada em países onde essa língua não é materna, oficial ou nacional.

Geralmente, quando se fala dos diferentes níveis de proficiência em língua estrangeira, utiliza-se a classificação de níveis: básico ou elementar, intermediário e avançado.

Definir proficiência em língua estrangeira não pode ser um objeto isolado de certas considerações como habilidade, níveis de proficiência, momento de verificação, objetivos etc.

A questão da habilidade lida, com pelo menos, quatro itens de capacidade humana: ler, ouvir, falar e escrever, e podem ser desenvolvidos diferentemente tanto na língua materna como na língua estrangeira.

As questões que se referem ao nível de proficiência e ao momento e objetivo de ser proficiente dependerão da atividade em que a proficiência da(s) habilidade(s) estará sendo utilizada ou avaliada. Teremos um domínio mínimo da língua estrangeira exigido para uma viagem de férias para Disney, que se diferenciará do domínio mínimo necessário para uma viagem de negócios, ou para uma palestra, ou para uma apresentação em língua estrangeira.

Tomamos como referência os “indicadores internacionais” para entendermos o que é ser proficiente em língua estrangeira. Apelidamos de “indicadores internacionais” os exames com maior reconhecimento internacional de proficiência em língua estrangeira utilizados como ferramentas para avaliar e medir o domínio de uma pessoa, num dado momento, em certa(s) habilidade(s). São os exames de proficiência em língua estrangeira desenvolvidos por institutos, alianças de política educacional e universidades do mundo inteiro, possuindo geralmente os objetivos comuns de promover a cooperação cultural internacional, difundir suas línguas e o ensino delas. As pessoas que os utilizam têm como objetivos mais comuns melhorar suas perspectivas de emprego, obter instrução adicional, viajar ou viver no exterior ou conquistar um certificado internacionalmente reconhecido que demonstre o seu nível de proficiência na língua estrangeira.

Hoje, os mais conhecidos são os do Instituto Goethe — o ZD (Zertifikat Deutsch), o KDS e GDS (Kleines und Großes Deutsches Sprachdiplom) e o Deutsches Sprachdiplom für Ausländer (Diploma Alemão para Estrangeiro) — para a avaliação do alemão, os do Instituto Cervantes — D.E.L.E. (Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira) para o espanhol, os da Aliança Francesa — D.E.L.F. (Diploma de Estudos em Língua Francesa) e D.A.L.F. (Diploma Aprofundado de Língua Francesa) e NANCY — para o francês. Já para o inglês, há inúmeros, e os mais difundidos atualmente são: o CPE (Certificate of Proficiency English) famoso como Cambridge, o TOEFL (Test of English as a Foreign Language), o TOEIC (Test of English for International Communication), o IELTS (International English Language Testing System) e o Michigan com os exames ECPE (Examination for Certificate of Proficiency in English) e o MELAB (Michigan English Language Assessment Battery). Como vimos com Phillipson, R. (1992), por razões de política lingüística, os exames de proficiência para língua inglesa são mais numerosos de que outras línguas.

Esses exames são utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como comprovação de proficiência em língua estrangeira, para concessão de bolsa de estudo no exterior para o aluno brasileiro. Segundo informativo da Capes, que lista os documentos necessários para candidatos a instituições estrangeiras, o interessado necessita enviar, juntamente com a documentação, o resultado do TOEFL, com o mínimo de 213 pontos, ou do IELTS, com o mínimo de 6,0 pontos, para língua inglesa; o resultado do certificado da Aliança Francesa, com o mínimo de 7,0 pontos para a língua francesa, o resultado do certificado do Goethe, com classificação de, no mínimo, nível GIII ou MIII para a língua alemã, e o resultado do D.E.L.E. (Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira), nível básico. (www.capes.gov.br/Bolsas/Exterior/Doutorado, p. 5)

Proficiente em língua estrangeira, conforme alguns “indicadores internacionais” em que a maioria das habilidades é avaliada (TOEFL, Michigan, Cambridge, D.A.L.F., NANCY3, D.E.L.E.), é considerada pessoa que cumpre as diferentes funções na utilização de uma língua diferente de sua língua materna, dominando suficientemente outra língua para o cumprimento da maioria das demandas sociais e públicas, mesmo que apresente um pouco de sotaque, ou ainda alguns traços culturais marcados de sua língua de origem.

Por exemplo, ser proficiente para o D.A.L.F. (Diploma Aprofundado de Língua Francesa para estrangeiros), exame concedido pelo Ministério Fran-

cês da Educação, é ser fluente o suficiente, em todas as habilidades (escrever, ouvir, ler e falar), para ingressar diretamente em universidades na França ou em países de língua francesa. Para o NANCY, nível 3, que atesta um nível aprofundado em Literatura e Civilização Francesa, ser proficiente é ter conhecimento equivalente ao primeiro ano da Faculdade de Letras de Nancy e permite o ingresso direto no segundo ano da mesma. O proficiente para esses exames não conhece somente a língua, como também a relaciona culturalmente.

Esse tipo de convalidação ocorre também com alguns certificados de proficiência em alemão avançado, como o ZMP (*Zentrale Mittelstufenprüfung*), o KDS e o GDS (*Kleines und Großes Deutsches Sprachdiplom*), que são aceitos em algumas universidades alemãs como comprovante de conhecimentos suficientes para participação em cursos superiores.

Em alguns países, o certificado GDS (*Großes Deutsches Sprachdiplom*) capacita para o desempenho da licenciatura do alemão, assim como alguns certificados de proficiência em inglês foram, por um determinado tempo, aceitos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) brasileiro em algumas universidades brasileiras. Aceitavam o Michigan e o Cambridge, possibilitando ao aluno de graduação adquirir o diploma de licenciatura em inglês, apenas tendo que cursar as disciplinas complementares de caráter didático-pedagógico do sistema brasileiro.

c-) proficiência em língua estrangeira na pós-graduação (nos programas em educação)

Na busca de documentos legais que regem detalhadamente a exigência de proficiência em língua estrangeira na pós-graduação brasileira deparamos apenas com uma legislação antiga, o “BRASIL, Parecer nº 977/65”, de 3 de dezembro de 1965 (Capes, 2002). Ao descrever as definições e características dos cursos de mestrado e doutorado traz:

6- Os cursos de mestrado e doutorado devem ter a duração mínima de um e dois anos respectivamente. Além do preparo da dissertação ou tese, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, submeter-se a exames parciais e gerais, provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras. Pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado.

Esse documento, com o título de “Definição dos Cursos de Pós-Graduação”, pressupunha conhecimentos para a formação e realização acadêmica dos alunos daquela época que, evidentemente, deveriam apresentar diferentes aspectos de estudo em relação a hoje. Era um outro tipo de fazer intelectual e requeria um diferente perfil acadêmico.

Percebemos que a leitura em língua estrangeira era considerada componente indispensável na vida daqueles alunos que tinham de se submeter às provas de língua estrangeira para obter o título de elevado grau de intelectualidade.

Verificamos nesse mesmo documento que, em 1965, para a Universidade de Chicago, os requisitos necessários ao título de mestre ou doutor em filosofia eram de três exames, acrescentando-se o de língua estrangeira. Para o título de doutor, além das provas que verificam a competência de leitura em duas línguas estrangeiras, o candidato tinha de se submeter a: a) uma prova preliminar escrita sobre quatro domínios da Filosofia, assim como sobre a obra de um filósofo; b) um exame intitulado *comprehensive examination* — exame de compreensão — dividido em três: prova escrita sobre a opção de estudo, prova oral sobre a história da Filosofia e prova escrita sobre o domínio conexo; e c) um exame oral relacionado à tese e seu campo.

Podemos supor que, em 1965, não havia provavelmente tanto material em português e obras traduzidas disponíveis como atualmente, tornando maior a necessidade de leitura em língua estrangeira para se pesquisar. Por essa razão, o documento enfatiza que o aluno deveria ler, em pelo menos, uma língua estrangeira.

Pela ilustração da Universidade de Chicago em relação às exigências, percebemos que, naquela época, o ser acadêmico tinha um perfil intelectual de muitas horas de leitura de livros e, até, uma certa necessidade de saber de cor trechos de obras. Qual é o perfil do ser acadêmico atual, que vive num mundo globalizado de fácil acesso a informações, mesmo que efêmeras, já que o que se lê hoje pode ser obsoleto em pouco tempo? De que forma realmente se justifica a exigência de proficiência em língua estrangeira na pós-graduação?

II. O método de coleta de dados

Queremos deixar claro, em primeiro lugar, que não tínhamos como objetivo trabalhar a proficiência de modo geral nem considerar muitos campos de atuação, visto que hoje a língua estrangeira é atributo essencial para diversas atividades na sociedade contemporânea.

Para tanto restringimos a pesquisa a somente uma das muitas situações em que se faz necessária a língua estrangeira: os programas de pós-graduação em educação. Na época de coleta de dados desta pesquisa, 2001, tínhamos 49 programas de pós-graduação em educação reconhecidos e cadastrados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), dos quais 30 responderam ao questionário (listadas no Anexo I). As metodologias de pesquisa podem ser determinadas por fatores como a filosofia do pesquisador, a teoria que motiva a pesquisa, as condições sob as quais a pesquisa está sendo conduzida e a questão de pesquisa que está sendo investigada. (Seliger, H. e Shohamy, E., 1989).

Esta pesquisa insere-se, em geral, na metodologia qualitativa, embora tenhamos utilizado recursos da pesquisa quantitativa para a tabulação e análise de algumas questões. A metodologia qualitativa preocupa-se em descrever fenômenos que ocorrem naturalmente, sem a intervenção de experimentos ou tratamento artificialmente planejado. Ela evita estabelecer questões de pesquisa ou identificar qualquer variável que possa tornar-se o foco da pesquisa.

Instrumento e procedimento de coleta de dados

Como instrumento de coleta, utilizamo-nos de dez questões fechadas (Anexo II). A opção por questões fechadas se deve ao caráter informativo que as respostas têm, mais que de opinião. Os itens procuram adquirir dados de como se dão as provas de proficiência nesses programas hoje, quais são seus critérios e normas e que concepção de proficiência em língua estrangeira têm. Algumas questões trazem a opção aberta de "outros", seguida de espaço para completar. Mas observa-se que, em geral, as alternativas oferecidas são suficientes para que os programas dêem suas respostas.

III. Análise dos questionários

Estaremos enfatizando as respostas que nos pareceram mais relevantes para um primeiro momento de compreensão do processo de exigência.

As universidades participantes do estudo encontram-se no Anexo I:

A primeira questão — *O Programa de pós-graduação exige proficiência em língua estrangeira* — com as opções de resposta *sim* ou *não*, apenas verifica se o programa faz parte do universo da pesquisa, uma vez que se o programa não exige proficiência, as demais questões são desnecessárias. Todos os programas de pós-graduação em educação analisados exigem exame de proficiência em língua estrangeira.

A segunda e a terceira questões procuram saber que línguas são admitidas e quantas são exigidas.

A segunda questão traz as opções: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e outras.

A única língua que é admitida para todos os exames é o inglês (30), e o francês (29) só não é admitido por 1 programa (UFSCAR — que no caso só oferece inglês como opção).

O espanhol é admitido em somente 15 programas. O resultado levanta a hipótese de que alguns programas consideram o espanhol, assim como poderiam considerar o catalão e o galego, uma língua estrangeira muito próxima ao português. Essa proximidade poderia possibilitar ou facilitar a proficiência em leitura, por exemplo. Acredita-se que esses programas não ofereçam o espanhol como opção, por suporem que um indivíduo que é um bom leitor em português, automaticamente seria leitor, ainda que com dificuldades, em espanhol.

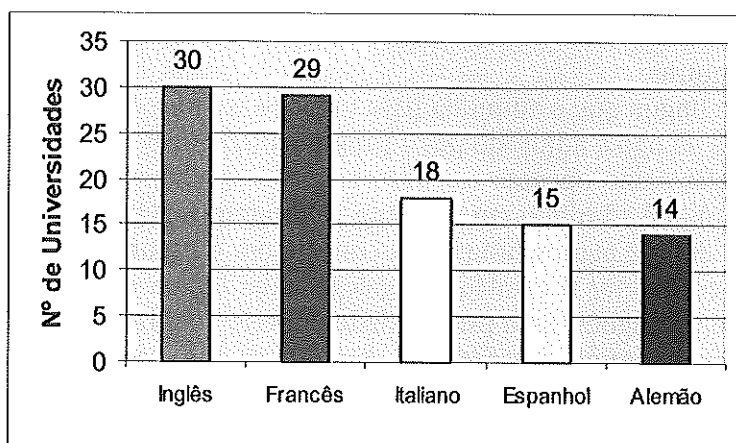
O italiano é admitido em 18 programas, e o alemão, em 14.

Podemos visualizar dois blocos diferentes de línguas: o inglês e o francês, supondo que a maioria dos pesquisadores da área tem como língua de referência para os seus trabalhos o francês e o inglês, e a maioria das publicações disponíveis nesta área está nessas línguas. O bloco do italiano, alemão e espanhol parece estar mais distanciado cultural e academicamente que o inglês e o francês da área de educação. Muitos programas não teriam quem fizesse e aplicasse o exame de proficiência em alemão, por exemplo.

Tais opções demonstram vínculos culturais brasileiros, de maior ou menor intensidade.

Para a questão de número três — qual o número de língua(s) estrangeira(s) exigido — foi atribuída a diferenciação entre mestrado e doutorado, pois sabe-se que geralmente o doutorado exige mais que uma língua. Verificamos se a proficiência exigida no mestrado é admitida para o doutorado.

Obteve-se que trinta programas (todos da análise) exigem uma língua para o mestrado, e treze exigem duas línguas para o doutorado, e apenas três programas exigem uma língua para o doutorado. Ainda que não esclarecido, acreditamos que provavelmente se aceita a língua do mestrado para o doutorado. Observamos que nem todos os programas de pós-graduação em educação oferecem doutorado, e dos que oferecem, nove assumem admitir a língua de proficiência do mestrado.



A quarta questão — *em que momento do programa se faz o exame de proficiência* — é de extrema importância neste estudo, por nela poder estar implicada a justificativa da exigência de proficiência: se a exigência é no ingresso, supõe-se que a língua será necessária para as realizações acadêmicas.

Por exemplo, com a primeira opção, exame por ocasião da seleção de ingresso, supõe-se que o estudante não pode cursar a pós-graduação, se não souber língua estrangeira. A exigência é um pré-requisito; a língua estrangeira será talvez necessária em muitas tarefas, para concluir a pesquisa.

Para a opção: exame de proficiência no ingresso, há três possibilidades:

- a) exame que elimina, significando que existe uma nota "x" para a proficiência, e que, se não alcançar tal nota o candidato não fará o mestrado mesmo que aprovado.
- b) exame que classifica e compõe a nota de ingresso na seleção.
- e c) não elimina e não classifica, o que também é paradoxal, por supor que o candidato poderá fazer em outro momento diferente do ingresso.

Dez dos programas têm suas provas no momento de seleção dos candidatos.

Momento em que se faz exame de proficiência

Obteve-se o dado de que dezessete programas (maioria) oferecem a prova durante o primeiro ano, e dois programas, em qualquer momento. Estes programas exigem a proficiência, smas, aparentemente, não apresentam um discurso convincente que a justifique. Não fica evidente se a exigência se faz para que a língua estrangeira auxilie a pesquisa ou para que se adquira o título.

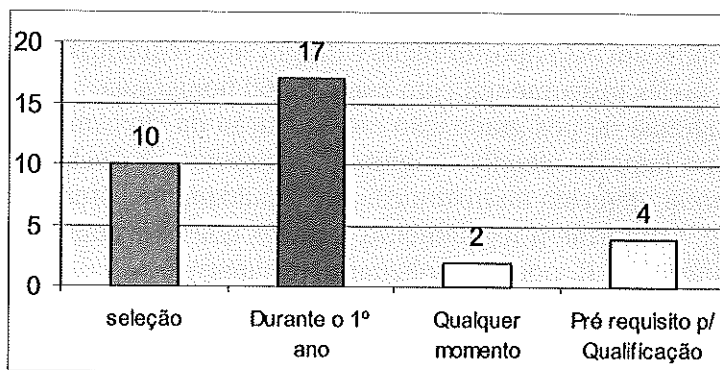


Gráfico n. 1

A resposta como pré-requisito para qualificação, é apenas uma reavaliação da exigência e quatro dos programas escolhem essa opção.

A quinta questão verifica se a prova, ocorrendo no ingresso, é eliminatória. Tal questão torna-se muito interessante, por legitimar, de certa forma, o momento em que o programa oferece a prova. Se o programa exige a

prova no momento de ingresso, subentende-se que a exigência é requisito para ingresso, o que supõe que, se não passar na proficiência, não pode cursar a pós-graduação. Desta forma, dois dos programas (Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ), que têm suas provas simultaneamente ao momento de ingresso, consideram a prova eliminatória.

E os outros oito programas que realizam suas provas no momento de ingresso, de que forma justificariam o momento?

A sexta questão — *em que situação o aluno pode ser dispensado da verificação de proficiência* — procura verificar se os alunos que possuem certificados de proficiência, como os internacionais (TOEFL, Cambridge, Michigan), são dispensados de fazer a provas.

Alguns programas (8) não dispensam em hipótese nenhuma. Já onze programas dispensam o candidato que apresentar certificados internacionais, quatorze programas consideram a proficiência de um outro programa de pós-graduação, quatro programas consideram certificados de instituições reconhecidas, como escolas de idiomas.

Observamos que, em alguns programas, há a possibilidade de, freqüentando curso de língua estrangeira com ensino instrumental, o aluno obter a dispensa da prova. A Universidade Federal de São Carlos (UFSC) é uma das que oferecem essa oportunidade e diz em seus requisitos: freqüentando curso de inglês instrumental com carga de 60 horas/aula.

O programa de pós-graduação em educação da Unicamp também admite, como fator de reconhecimento para dispensa, a disciplina de inglês instrumental oferecida na instituição, na Faculdade de Estudos da Linguagem (IEL). Conforme o regulamento, aqueles que já fizeram curso instrumental, níveis I e II, poderão solicitar convalidação.

Situação de dispensa do exame

A sétima questão analisa se há outra opção para o candidato que não cumpriu a exigência no momento determinado e se o não cumprimento implica alguma consequência.

Verifica-se que treze dos programas impedem a qualificação sem proficiência, e oito impedem a defesa. Evidencia-se que o exame é uma exigência formal.

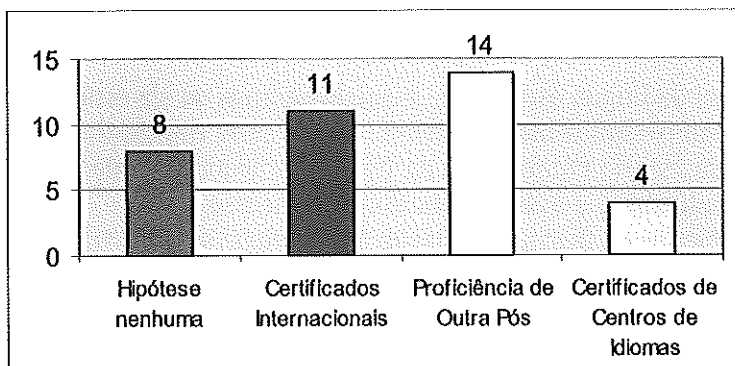


Gráfico n. 2

Apenas um dos programas diz não haver consequência nenhuma com o não-cumprimento da exigência, e quatro programas excluem o aluno que, em certo momento, não cumpriu ainda a exigência.

Na coleta de dados, deparamos com um caso interessante. Sob o argumento de que é preciso exigir proficiência em língua estrangeira, o coordenador do Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás, Marcos Corrêa da Silva Loureiro, assume sua ansiedade, ao analisar uma aluna que não preencheu esse quesito:

... a questão da proficiência tem nos preocupado, uma vez que, mesmo exigida ao final do primeiro ano, houve recentemente o caso de uma aluna que, aprovada em todos os créditos, não conseguiu ser aprovada em proficiência. Estamos com esta batata quente na mão. É cumprir o regimento e desligar uma mestranda qualificada ou mantê-la ligada ao curso, mudando com isso o regimento no que toca à proficiência. (29/11/2001)

Verificamos que existe a possibilidade de essa aluna ser excluída do programa, mesmo que em outros aspectos haja qualificação. Se a aluna realizou a maioria das tarefas acadêmicas, supostamente sem utilizar uma língua estrangeira, então qual seria o sentido do certificado de proficiente em língua estrangeira nesse caso?

O coordenador questiona sobre se deve seguir o regimento ou deve modificá-lo. Ele parece considerar a possibilidade de mudança do critério estabelecido, imbricando a necessidade de revê-lo.

Se o programa da Universidade Federal de Goiás, assim como outros programas em educação, fossem então reavaliar suas provas de proficiência

em língua estrangeira, teria que considerar alguns pontos fundamentais, como:

- papel da língua estrangeira neste programa: se ela estaria como auxiliar na pesquisa bibliográfica e, então, seria útil desde o ingresso, ou se ela estaria como parte da formação acadêmica da área, podendo ser adquirida e aprimorada durante o curso.
- momento da prova em relação à exigência: se a língua fosse identificada como necessária durante o processo, a prova teria que, necessariamente, ser no ingresso como pré-requisito para cursar.

Percebemos uma certa concepção de cultura, que postula que uma pessoa, para fazer parte da pós-graduação, deve ter conhecimento em língua estrangeira.

Em pelo menos algumas áreas, como em educação, a exigência parece ser muito mais uma tradição culturalista ao se dizer que é óbvio que quem faz mestrado ou doutorado precisa de uma língua estrangeira. Talvez, na estrutura histórico-cultural brasileira, as pessoas possam concluir pós-graduação em educação sem a necessidade de uma língua estrangeira.

A oitava questão trata das habilidades exigidas nas provas de proficiência de língua estrangeira.

Habilidades exigidas no Exame

Percebemos nessa questão que, mesmo os questionários que não trazem a “leitura” demarcada, requerem leitura. Isto é legitimado na questão 9, que trata de nível de compreensão de leitura. Todos os programas res-

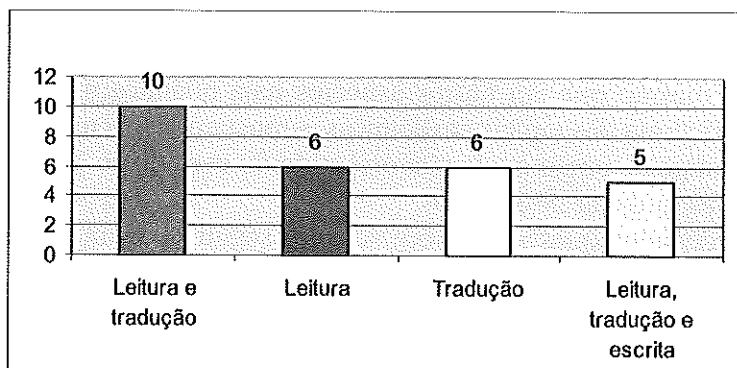


Gráfico n. 3

ponderam a esta questão, ou seja, todos os programas investigados assumem estar analisando algum nível de compreensão de leitura. Mesmo numa tarefa de tradução, o candidato terá que estar lendo para entender o texto.

Já esperávamos a leitura como a habilidade exigida pela maioria dos programas. O resultado nos possibilita, então, sugerir que a concepção de proficiência para estes programas de pós-graduação em educação trabalha com a idéia de leitor proficiente.

Para Leffa (1999:25-26) o leitor proficiente é aquele capaz de entender o texto, identificar os problemas encontrados e especificar as estratégias que devem ser utilizadas para melhorar sua compreensão. Além disso, sabe que há estratégias adequadas e inadequadas, dependendo do objetivo de uma determinada leitura. O leitor proficiente é também consciente do tipo de leitura: rápida se é de um jornal, lenta e detalhada, se de autor que precisa estudar, atenta e cautelosa, se manual de máquina que precisa montar. O leitor proficiente é capaz, ainda no nível de processos automáticos de leitura, de ler um artigo e prever que, mais adiante, virá um substantivo, seguido ou não de um adjetivo que fechará um sintagma nominal. Em níveis mais elevados, pode prever o conteúdo do texto, usando ilustrações, tabelas, gráficos, títulos, subtítulos etc.

É o leitor mais experiente, aquele capaz de usar adequadamente os tipos de processamento da informação: top down — processamento descendente: bottom-up — processamento ascendente. (Kato, M. 1990)

Conforme Leffa (1999:2), o leitor proficiente apresenta capacidades eficientes de previsão, o que o auxilia a se afastar das opções incorretas, levando-o a decisões mais prováveis e evitando idas e vindas desnecessárias no processamento.

Sete programas exigem a escrita nas provas de proficiência. Entendemos que essa “escrita” consta em: ler em língua estrangeira, interpretar e expressar o entendimento em português.

Nery (2001:29,30) diz:

...a leitura não se trata de uma tarefa passiva de decodificação/decifração de uma mensagem única, linear e transparente, codificada por um emissor; tampouco de um mero exercício de tradução. Trata-se de um processo ativo de reconstrução de sentidos: uma abordagem discursiva de leitura enquanto ato de linguagem, um mesmo texto pode dar a inúmeras leituras, mas não a qualquer leitura, pois a sua materialidade lingüística impõe certas restrições ao leitor.

Partindo-se do que Nery diz da leitura, entende-se que a escrita vem como habilidade auxiliar, tendo um papel pragmático de constituir a leitura como prática social de construção de sentidos. A escrita é o meio pelo qual, a partir da leitura, o indivíduo expressa sua interpretação e organização de idéias e fazer da leitura mais que decodificação de mensagem.

A décima questão, que verifica o nível de compreensão de leitura das provas de proficiência, informa que vinte programas exigem em suas provas um nível geral de compreensão, sete programas exigem compreensão de pontos principais e três programas exigem compreensão detalhada.

A décima-primeira questão tem como objetivo descobrir se o conteúdo da prova é geral ou específico da área de conhecimento. Verificamos que vinte e um programas consideram conteúdo específico da área educacional e os restantes possuem conteúdo geral.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal compreender a questão da exigência de proficiência em língua estrangeira na pós-graduação em educação. Para tanto apresentamos considerações relativas a língua estrangeira na sociedade contemporânea, fizemos breve análise dos indicadores internacionais de proficiência em língua estrangeira e analisamos documentos que ainda regem a pós-graduação brasileira, no intuito de compreender as necessidades do acadêmico atual inserido na pós-graduação. Além disso, investigamos como se têm realizado as provas de proficiência nesses programas. Percebemos, entre outras questões, que: a) alguns programas de pós-graduação em educação carregam consigo uma espécie de tradição culturalista sobre exigir-se proficiência em língua estrangeira de seus alunos e b) a leitura exerce grande papel no que se compreende por proficiente em língua estrangeira nesses programas.

REFERÊNCIAS

IANNI, O. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO CERVANTES. Disponível em: <www.cervantes-brasil.com.br> e <www.dele.org>. Acesso em: 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO GOETHE. Disponível em: <www.goethe.de/br/cur/>. Acesso em: 2002

KATO, M. A. *O aprendizado da leitura*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEFFA, V. J. O ensino e a produção textual. In: LEFFA, V.; PEREIRA, A. (orgs.). *O ensino de leitura e produção textual*. Pelotas: Educat, 1999, p. 13-37.

MICHIGAN, ECCE e ECPE. *Certificate Examinations*. Disponível em: <www.las.umich.edu/eli>. Acesso em: 2002.

NERY, R. M. *Questões sobre questões de leitura*. 2001. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. (orgs.), *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. S. Paulo: Insular, 2000.

PHILLIPSON, R. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SELIGER, H.; SHOHAMY, E. *Second language research methods*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

TARALLO, F.; ALKMIN T. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1997 (Série Fundamentos).

VIANA, N. Planejamento de cursos de línguas: pressupostos e percurso. In: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de (org.), *Parâmetros atuais para o ensino de português e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1997.

Anexo I

Lista das Universidades que responderam ao questionário

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA/UNB
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÂNIA/UCGO
5. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MINAS GERAIS
6. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS — PUC/MG
7. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL/MS
8. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO — UFPE
9. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

10. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ/PUC/PR
11. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARINGÁ — UEM/PR
12. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
13. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UERJ
14. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO — PUC/RR
15. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE — UFRN
16. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS/UNISINOS
17. UNIVERSIDADE DO PASSO FUNDO — UPF
18. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
19. UNIVERSIDADE FEDERAL SÃO CARLOS/UFSCAR (Programa de Pós Graduação em Educação Especial)
20. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — USP
21. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS — UNICAMP
22. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — UNESP MARÍLIA
23. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS/PUCCAMP
24. UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA — UNIMEP (Psicologia da Educação)
25. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO — PUC- SP
26. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA — UNEB (Mestrado em Educação e Contemporaneidade)
27. UNIJUÍ — RS
28. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO — PUC-SP (Currículo)
29. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO — PUC-SP (Matemática)
30. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO — PUC-SP (Psicologia da Educação)

Anexo II
UNIVERSIDADE DE SOROCABA

Programa de Pós-Graduação em Educação

- 1- O Programa de Pós Graduação exige proficiência em língua estrangeira?
 Sim Não

- 2- Assinale as línguas estrangeiras que são admitidas:
 alemão espanhol francês inglês italiano outras
Se outra(s), qual/quais? _____

- 3- Qual o número de língua(s) estrangeira(s) exigido:
Para mestrado: uma duas
Para doutorado: uma duas admite-se a proficiência do mestrado

- 4- Em que momento do programa que se faz o exame de proficiência:
 no momento de ingresso
 durante o primeiro ano
 em qualquer momento
 como pré-requisito para a qualificação
 outros _____

- 5- No caso do exame ser no momento do ingresso, é eliminatório:
 sim não

- 6- Em que situação o aluno pode ser dispensado da verificação de proficiência:
 em nenhuma hipótese
 apresentando certificado de instituições específicas (TOEFL, Cambridge, Michigan)
 apresentando comprovante de realização do exame em outro programa de pós-graduação
 apresentando diploma universitário (na língua em questão)
 outros _____

- 7- No caso do exame ser exigido em outro momento, o não cumprimento implica em quais conseqüências?
 nenhum, basta realizá-lo novamente
 impedimento de qualificação, até cumprir a proficiência
 impedimento de defesa, até cumprir a proficiência
 exclusão do programa
 obriga de fazer curso de língua estrangeira paralelo para realizar novamente o exame
 outros _____

- 8- Que habilidades são exigidas na proficiência em língua estrangeira:
 fala escrita leitura audição tradução
- 9- Que nível de compreensão de leitura é exigido nas avaliações:
 compreensão geral
 compreensão de pontos principais (sistêmicos, etc)
 compreensão detalhada (identificação de marcadores em nível de oração, etc)
- 10- O conteúdo da prova é:
 geral específico da área de conhecimento

Endereço da autora:

Rua Luiz Marthe, 490 – Granja Olga II

18107-373 – Sorocaba, SP

E-mail: daniela.zanella@uniso.br